
Racismo e autoestima de adolescentes de pele preta e parda: abordagem fenomenológico-hermenêutica

Racism and self-esteem of black and brown adolescents: phenomenological approach

DOI: 10.12957/ek.2025.88164

Jefferson Silva¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

je.filos@hotmail.com

Ida Kublikowski²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

idakublikowski@pucsp.br

RESUMO

O racismo estrutural impõe marcas sobre o processo de construção da autoestima e identidade de adolescentes de pele preta ou parda. Esses enfrentam estigmas, preconceitos e discriminações que comprometem o sentimento de pertencimento e fragilizam a imagem de si mesmos, gerando sofrimento psíquico. Este artigo tem como objetivo refletir sobre os impactos do racismo na autoestima de adolescentes de pele preta ou parda no contexto brasileiro e o papel da psicoterapia como espaço ético, político e clínico de ressignificação da identidade frente aos desafios do racismo, com base na psicologia fenomenológica e na teoria fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, que mobiliza os conceitos de pertencimento e distanciamento, compreendidos como momentos complementares para a formação da identidade de um sujeito, além do trabalho de rememoração e identidade narrativa, os quais permitem rever o passado e ressignificar o futuro da identidade pessoal, profissional e comunitária. A psicoterapia orientada por uma escuta sensível e engajada, pode favorecer a elaboração de experiências dolorosas de discriminação e a construção de novas narrativas de si, fortalecendo a autoestima e a identidade do adolescente. A partir da escuta e da narrativa, abre-se a possibilidade de transformação não apenas desses indivíduos ou grupos afetados pelo racismo estrutural, mas também das formas como ele é perpetuado nas relações interpessoais e institucionais.

Palavras-chave

Adolescência. Racismo. Autoestima. Identidade. Fenomenologia. Hermenêutica.

¹ Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP; doutor em Filosofia pela PUC-SP; docente do Centro Universitário São Camilo.

² Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Vice-coordenadora do PPG em Psicologia Clínica da PUC-SP. Coordenadora do GT Família e Comunidade, da ANPEPP.

ABSTRACT

Structural racism imposes marks on the process of building self-esteem and identity of black or brown-skinned adolescents. These face stigmas, prejudices and discriminations that compromise the feeling of belonging and weaken the image of themselves, generating psychological suffering. This article aims to reflect the impact of racism on the self-esteem of black or brown-skinned adolescents in the Brazilian context and the role of psychotherapy as an ethical, political and clinical space for re-signification of identity against the challenges of racism, based on the phenomenological psychology and phenomenological-hermeneutic theory of Paul Ricoeur. This is a bibliographic study, which mobilizes the concepts of belonging and distancing, understood as complementary moments for the formation of the identity of a subject, in addition to the work of recall and narrative identity, which allow us to review the past and reframe the future of personal, professional and community identity. Psychotherapy guided by sensitive and engaged listening can favor the development of painful experiences of discrimination and the construction of new narratives of oneself, strengthening the adolescent's self-esteem and identity. From listening and narrative, it opens the possibility of transformation not only of these individuals or groups affected by structural racism, but also of how it is perpetuated in interpersonal and institutional relationships.

Keywords

Adolescence. Racism. Self-esteem. Identity. Phenomenology. Hermeneutic.

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em que o racismo individual, institucional e estrutural está presente na vida cotidiana, é imprescindível abordar essa questão de maneira ativa, buscando caminhos para a superação da desigualdade racial reproduzida em práticas discriminatórias nas escolas, nas empresas, nos esportes e em diversos setores sociais. É em vista disso que o presente artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, se propõe a refletir sobre os impactos do racismo na autoestima dos adolescentes de pele preta e parda³ e as possibilidades de ressignificação a partir da psicologia fenomenológica, articulada à teoria fenomenológico-hermenêutica em Paul Ricoeur.

No contexto brasileiro, existem inúmeras leituras e interpretações sobre o racismo, incluindo aquelas que são alienantes, ignorantes e negacionistas. Neste sentido, é oportuno questionar essas visões, trazendo à tona o que se encontra latente e invisibilizado. O racismo afeta direta e indiretamente a pessoa de pele preta ou parda, que frequentemente enfrentam humilhações e exclusão social. As consequências desse fenômeno não se restringem à esfera social; eles impactam profundamente a percepção

³ Neste artigo, opta-se por empregar a expressão “pele preta ou parda”, uma vez que o primeiro elemento gerador de preconceito e discriminação frequentemente se manifesta pela cor da pele. Isso, contudo, não desconsidera outros fatores, como etnia e raça, que também integram o universo racista e influenciam a experiência da discriminação de forma complexa e interseccional.

de si mesmos, resultando em baixa autoestima, o que pode comprometer a saúde dos jovens.

Para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente, serão discutidos o racismo e os seus impactos, com foco em sua manifestação estrutural, institucional e individual. Em seguida, será exposto o conceito de adolescência e a questão da autoestima, ressaltando os desafios enfrentados por adolescentes de pele preta e parda.

Posteriormente, serão objeto de análise os impactos do racismo na autoestima e na construção da identidade desses jovens. Por fim, serão discutidos possíveis caminhos para o enfrentamento do racismo, fundamentados na psicologia fenomenológica e nas contribuições fenomenológica-hermenêutica de Paul Ricoeur.

2 O RACISMO E OS SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS

O racismo se manifesta de maneiras diversas e é interpretado a partir de múltiplas narrativas, que incluem lutas por igualdade, formas de resistência, alienação social, ignorância, e até discursos de miscigenação. Contudo, uma das narrativas recorrentes é a produzida pelo negacionismo, que sustenta a ideia de que o Brasil seria uma nação livre de preconceitos raciais, em função do mito da democracia racial, ideia que representa uma distorção da realidade, pois rompe com passado escravocrata (Fernandes, 2007). Tal crença se apoia no mito de que, por ser miscigenada, a população brasileira não expressaria racismo nos diversos processos de interação social. Esse negacionismo coexiste com evidências diárias de discriminação racial, que se manifestam em episódios como os insultos racistas em estádios de futebol, o preconceito em estabelecimentos comerciais e as tensões raciais que permeiam as relações sociais e domésticas. Isso reflete um cenário de desigualdade racial, no qual pretos e pardos, em sua maioria, vivem em situação de pobreza e sofrem discriminações cotidianas.

Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam que a maioria das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas constituem 56% da população brasileira (IBGE, 2022). Não obstante, a população preta e parda seja a maioria, a distribuição de renda média per capita é superior na população branca. O 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) reforçam os dados que demonstram a desigualdade racial no sistema prisional e a vulnerabilidade da população negra à violência no Brasil. No sistema prisional, entre 2005 e 2022, a população encarcerada

negra teve um crescimento de 381,3%, enquanto o aumento da população branca foi de 215%. Em 2022, pessoas negras representavam 68,2% da população carcerária, evidenciando o racismo estrutural presente no sistema prisional. O 18º Anuário de Segurança Pública (2024) afirma que as pessoas negras representam 82,7% das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais, com predominância de vítimas jovens, entre 12 e 29 anos, principalmente de regiões periféricas. O perfil das vítimas de violência letal no Brasil revela um recorte racial alarmante: 64,3% das mulheres vítimas de mortes violentas intencionais eram negras. No caso específico dos feminicídios, a proporção é ainda mais expressiva, com 71,1% das vítimas sendo mulheres negras, o que evidencia a interseccionalidade entre gênero, raça e violência.

Essa vulnerabilidade resulta de uma maneira de ver e compreender essa população, em que a cor da pele serve para a discriminação e o preconceito, dando origem ao racismo. Essa compreensão não deve ser limitada apenas a cor da pele, raça e etnia; é necessário considerar a complexidade da vivência dos brasileiros, que se encontram na intersecção de múltiplos fatores de desigualdade, tais como, classe social, gênero, orientação sexual e contexto familiar. A interseccionalidade reconhece que as identidades são mutuamente interligadas e relacionais (Esponsito; Winters, 2022).

O racismo, uma sistemática discriminação fundamentada na raça, que se expressa por práticas, tanto conscientes quanto inconscientes, gerando vantagens ou desvantagens para as pessoas, depende do grupo racial ao qual elas pertencem (Almeida, 2021). Já o preconceito é um juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a determinado grupo racial e, conseqüentemente, resulta em práticas discriminatórias. Tais práticas se revelam em tratamento diferenciado a determinados grupos identificados pela raça. Para Almeida (2021), o racismo pode ser compreendido como individual, institucional e estrutural. O primeiro é caracterizado por discriminação de alguns indivíduos em relação a outros por estes pertencerem à determinado grupo racial. O segundo apresenta que o racismo não é causa somente de determinados grupos ou indivíduos, mas se encontra presente nas instituições, mantendo os conflitos raciais. E o terceiro transcende o âmbito da ação individual e institucional, mantendo-se em todas as relações sociais. O racismo estrutural “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...]” (Almeida, 2021, p. 50).

Souza (2021) procura entender o conceito de racismo estrutural apresentado por Silvio de Almeida. Afirmar que o conceito acaba se limitando a uma declaração de princípios, o que lhe parece insuficiente. O autor aborda a questão da moral e das injustiças inarticuladas, destacando que estas emergem de um contexto já dado repleto de ideias, valores morais e concepções inarticuladas de justiça que orientam as decisões individuais e coletivas. A moralidade se encontra na possibilidade de fazer escolhas. A sociedade brasileira, ao que parece, ainda não decidiu moralmente enfrentar a questão do racismo e de sua injustiça.

O racismo seja individual, institucional e estrutural tem presença histórica nas relações sociais brasileiras e se apresenta como um desafio para as diversas profissões. Para Fanon (2020, p. 25), “Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo: econômico, em primeiro lugar; e, em seguida por interiorização, ou melhor por epidermização dessa inferioridade.”

As condições econômicas e sociais não apenas perpetuam a opressão e o racismo estrutural, mas também moldam subjetividades, alienando especialmente pessoas de pele preta e parda que, por vezes, acabam aceitando passivamente a visão negativa de si mesmas imposta pela sociedade.

Esse cenário é ilustrado em trabalhos que retratam essa questão. Damasceno e Zanello (2018) analisam o impacto do racismo contra mulheres negras, revelando que este fenômeno resulta em distúrbios de autoestima, autoconceito e sofrimento psíquicos, sendo a depressão um dos seus efeitos mais pronunciados. Adelmir Fiabani e Tainá Fiabani (2020) também ressaltam que as crianças negras vivenciam experiências negativas de racismo, especialmente na escola, o que afeta sua identidade e autoestima, gerando consequências como sentimento de inferioridade e dificuldades de aprendizagem. Tais textos evidenciam que o racismo, especialmente em ambiente escolar, prejudica o desenvolvimento psicológico e emocional dessas crianças, o que torna relevante tratar do problema da autoestima e formação da identidade de adolescentes de pele preta e parda.

3 ADOLESCÊNCIA: AUTOESTIMA E FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

O termo adolescência vem do latim *adolescencia*, que significa crescer. É um período de profundas transformações, físicas, cognitivas e psicossociais. A adolescência tem seu marco inicial aos doze anos completos e seu término aos dezoito anos de idade,

conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). A Organização Mundial da Saúde estabelece a adolescência entre os dez anos aos dezenove anos de idade (OMS, 2024). Não há uma idade exata que determine cronologicamente o início e fim deste período. As autoras Papalia e Martorell (2022, p. 321) “[...] definem a adolescência aproximadamente como o período que compreende as idades entre 11 e 19 ou 20 anos.” A adolescência é o longo período de transição que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e essas assumem formas variadas em diferentes contextos, culturais e econômicos. Essa fase da vida não é uma categoria biológica claramente definida, mas uma construção social, advinda do processo da modernização. A concepção moderna da adolescência surge no século XX, nos Estados Unidos, com os estudos de Granville Stanley Hall, que definiu esse período como uma fase de tempestade e tensão (Warde; Panizzolo, 2015). Essa leitura consolidou uma visão normativa da adolescência que interpretam os comportamentos juvenis “ordenados e esperados”. Um exemplo dessa perspectiva normatizante pode ser encontrado na teoria dos oito estágios do desenvolvimento humano proposta por Erick Erikson, na qual a adolescência é caracterizada pelo conflito entre identidade e confusão de papéis. O elemento central dessa teoria é a construção de uma identidade, de um sentido de “[...] coerência e continuidade interiores [...]” (Erikson, 1987, p.241), reconhecida socialmente. No entanto, essa abordagem apresenta limitações, uma vez que pressupõe certa linearidade no desenvolvimento, desconsiderando que a adolescência é marcada por múltiplas transições não normativas e por momentos críticos que podem influenciar, de forma imprevisível, os eventos subsequentes. Trata-se de um período permeado por um fluxo complexo de competências, riscos, fatores de proteção, vulnerabilidades e experiências de resiliência, que desafiam modelos estáticos e universais de identidade (Kloep; Hendry, 2011). Acrescente-se ainda que tal concepção normativa, elaborada em um mundo estável, é desafiada pela relativização de valores vigentes na contemporaneidade, que prescreve estilos de vida plurais.

Neste contexto, torna-se fundamental reconhecer que os adolescentes vivenciam realidades diversas. Imagens culturais negativas, aliadas às desigualdades estruturais que perpassam o Brasil, produzem espirais de vulnerabilidade nas quais se entrecruzam fatores como raça, gênero, território e classe, o que demanda práticas de intervenção psicológica que considerem adolescências no plural. Essas experiências diversas

influenciam diretamente os modos como os adolescentes constroem suas identidades, atravessadas por exclusões sociais.

A construção da identidade durante a adolescência está fortemente relacionada à autoestima, que envolve a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo, suas competências e seu valor pessoal. Para Rosenberg (1965), a autoestima é uma avaliação contínua que uma pessoa faz de si mesma, incluindo sentimento, cognições e atitudes sobre seu próprio valor. Para ele, a autoestima não se reduz a um simples sentimento, mas envolve uma complexa rede de percepções sobre a própria competência e adequação, algo que pode ser seriamente afetado pelo contexto social. Comin et al. (2023) complementam afirmando que ela se manifesta na autopercepção, nas realizações e nos vínculos interpessoais.

O racismo estrutural e as mensagens desvalorizadoras que permeiam a sociedade impactam diretamente a subjetividade negra, minando a autoconfiança, o senso de pertencimento e a imagem que esses jovens constroem de si mesmos. Pesquisas demonstram que estereótipos raciais, o silenciamento da dor e a ausência de representações positivas afetam diretamente a autoestima de adolescentes de pele preta ou parda, colaborando para o aumento de evasão escolar e da exclusão social (Jesus, 2018).

Santos (2021) destaca que o contexto racialmente desigual e a sub-representação dos grupos etnicorraciais minorizados nos espaços de poder influenciam na formação da identidade de crianças e adolescentes de pele preta ou parda, exigindo práticas educativas que fortaleçam a identidade etnicorracial e promovam autoestima positiva e bem-estar psíquico. Essa realidade revela como o processo de subjetivação está diretamente ligado às estruturas sociais e a forma como os adolescentes de pele preta ou parda são reconhecidos ou rejeitados no espaço público. Além disso, o racismo impacta também o acesso à saúde e aos direitos básicos, gerando condições de vida precárias que afetam o desenvolvimento emocional e físico (Santos et al., 2024). Nesse cenário, o fortalecimento da autoestima se revela como elemento-chave à violência simbólica e material que atinge a juventude.

Cabe também lembrar um novo elemento que se institui durante a adolescência tendo em vista a frenética utilização das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TIDCs) por parte dos jovens. Observa-se um crescente interesse por parte de

pesquisadores em compreender os impactos decorrentes da exposição intensa às telas, bem como em investigar as possíveis respostas aos desafios impostos pelas novas tecnologias. Quando se analisa o *Instagram*, é notório que a rede tem se apresentado como uma plataforma com diversos recursos tecnológicos voltados à produção de um “eu” narcisista e hedonista. Isso ocorre por influenciadores que mostram uma bela vida e estratégias para o “embelezamento”, o que se torna marcante na autoestima das adolescentes de pele preta e parda, que podem construir uma imagem negativa de si como consequência do modelo hegemônico branco que circula nas mídias. Assim, mesmo que o *Instagram* ofereça espaço para representações positivas desse grupo, o racismo estrutural e recreativo tem atuado implacavelmente contra a performatividade desses jovens e suas opções estéticas (Lima et al, 2024).

Se a autoestima depende de como os indivíduos significam os eventos de suas vidas, sendo, portanto, suscetível a flutuações de acordo com as experiências pessoais, isso se torna desafiador para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Para o adolescente, a autoestima está ligada ao processo de formação de sua identidade tornando sensível às influências externas. Para os adolescentes de pele preta ou parda, o racismo estrutural e as mensagens depreciativas que ainda permeiam a sociedade podem minar sua autoestima e reforçar visões desvalorizadas de si mesmos.

Diante dos desafios contemporâneos impostos aos adolescentes de pele preta ou parda, trona-se necessário recorrer a modelos teóricos que considerem a multiplicidade da experiência humana.

Desta maneira, a teoria da identidade narrativa, proposta por Paul Ricoeur (2010b), oferece uma abordagem que pode contribuir para a compreensão da formação da identidade como um processo que envolve, simultaneamente, continuidade e mudança. Para o autor, a identidade de uma pessoa não é um dado fixo, mas se constitui ao longo do tempo por meio da articulação narrativa conferindo sentido à experiência vivida sem reduzi-la a uma linearidade. É pela mediação da linguagem e pela inserção em uma história narrada que uma pessoa se constitui como um si mesmo, sua história pessoal. Deste modo, deixa-se de basear a construção das identidades em um núcleo estável ao longo do tempo, pois elas são moldadas por discursos, ações e posições em constate transformação.

A construção da identidade pessoal passa pela relação entre *mesmidade e ipseidade*, ou seja, o si vai-se transformando na medida em que faz a manutenção de seu caráter ao longo da vida. Essas marcas sofrem transformações à medida que se abrem ou são mediatizadas “[...] pelas representações, as ações, as obras, as instituições, os monumentos que a objetivam; é nesses Objetos, no sentido mais amplo da palavra, que o *ego* deve perder-se e encontrar-se.” (Ricoeur, 1977, p. 46). Ricoeur afirma que “[...] reconhecer-se *no* contribui para reconhecer-se *com*... A identificação com figuras heróicas manifesta claramente essa alteridade assumida [...]” (Ricoeur, 1990, p. 147).

Em contraste com essa proposta, Derek Parfit concebe a identidade pessoal a partir da impessoalidade do mesmo. Ricoeur, ao contrário, sustenta que mesmo diante da mudança, da descontinuidade e da pluralidade que compõem o sujeito, permanece uma busca por coerência e reconhecimento de si, mediada pela linguagem, pela memória e pela narrativa. (Stevens, 1990).

Para Ricoeur (1990), a construção da identidade pessoal passa pela identidade narrativa, o que significa que, para ressignificar a si mesmo, é necessário examinar a própria história, os acontecimentos e os fatos na relação com os outros e com o mundo. A ênfase na diferença, também não pode significar um fechamento de comunidades humanas em suas particularidades, mas implica o reconhecimento de que outros podem prosseguir por caminhos diferentes.

Considerando os adolescentes de pele preta ou parda, cujas vivências são marcadas por exclusões, a identidade narrativa se apresenta como uma via para a ressignificação de si, do grupo ou da comunidade, oferecendo possibilidades de reconhecimento, pertencimento e resistência diante das normatividades sociais.

4 OS IMPACTOS DO RACISMO NOS ADOLESCENTES DE PELE PRETA OU PARDA

O adolescente é uma pessoa em formação física, cognitiva, moral, espiritual e social, que precisa crescer em um ambiente de liberdade e de dignidade. Esse tratamento digno implica que ele não sofra qualquer discriminação relacionada a nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, entre outras (Brasil, 1990). Embora os direitos estejam assegurados legalmente de forma universal, adolescentes de pele preta e parda continuam enfrentando, cotidianamente, uma ou mais formas de discriminação, o que afeta diretamente sua autoestima e

desenvolvimento. Essa realidade é evidenciada por dados do Conselho Federal de Psicologia e por diversas pesquisas que apontam os impactos do racismo estrutural na vida dos adolescentes de pele preta ou parda.

O caderno temático *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista* apresenta como as desigualdades raciais impactam a vida de crianças e adolescentes. Dos 29.131 menores acolhidos, 23,4% são pardos e 6,9% são pretos, havendo ainda uma subnotificação de 54,5% quanto à raça/etnia, o que invisibiliza a questão (Conselho Federal de Psicologia, 2022). A preferência dos adotantes por crianças brancas, de até quatro anos, sem irmãos e sem histórico de doenças escancara o preconceito no processo de adoção. À medida que crescem, essas crianças negras enfrentam iniquidades ainda mais graves: estão desproporcionalmente presentes em situações de trabalho infantil, pois 66,1% dos trabalhadores infantis são pretos ou pardos e em atividades perigosas, além de serem maioria no trabalho doméstico infantil, 73,5%, com 94% dessas sendo meninas negras (Conselho Federal De Psicologia, 2022). A violência estrutural se agrava na adolescência, evidenciada pelo envolvimento com o tráfico de drogas, encarceramento em massa e taxas elevadas de homicídios e suicídios entre jovens negros. Esses dados mostram como o racismo cotidiano marginaliza, vulnerabiliza e compromete o desenvolvimento saudável desses adolescentes, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade.

Segundo Unicef (2023), o racismo afeta profundamente crianças e adolescentes, impactando sua saúde e autoestima de diversas maneiras. Ele gera estresse, depressão, isolamento social e baixa autoestima. Dados do Ministério da Saúde revelam que o índice entre adolescentes e jovens negros no Brasil é 45% maior do que entre brancos, com predominância entre os indivíduos do sexo masculino de 10 a 29 anos. Esses impactos começam desde cedo, já que as crianças, embora não nasçam com preconceitos, absorvem atitudes discriminatórias por meio de influências familiares, escolares midiáticos e sociais. Estes fatores evidenciam a necessidade de ações coletivas para combater o racismo estrutural por meio de mudanças nos vários setores da sociedade.

Brito (2023), no trabalho *Efeitos do Racismo na Saúde Mental Infanto-Juvenil*, aponta que o racismo exerce diversos impactos na Saúde Mental dos Adolescentes negros, como na autoestima e na identidade. O texto afirma que a ausência de referências positivas de pessoas pele pretas e pardas na sociedade leva o adolescente de pele preta ou parda a se identificar com uma suposta inferioridade natural, acompanhada do desejo de

alcançar o ideal da pessoa branca. Isso reforça uma sensação de não pertencimento e desajuste, é como se perceber e não se aceitar. Na pesquisa, os adolescentes relatam sofrimento intenso, isolamento, tristeza, perda interesse social, sintomas depressivos e tentativas de suicídio.

As escolas também acabam por reforçar o racismo de diversas formas, contribuindo para construção negativa de identidade de crianças negras o que afetará desfechos na saúde dos adolescentes (Moreira-Primo; França, 2020). O racismo nas escolas se manifesta de diversas formas: o currículo eurocêntrico, inviabilizando a cultura afro-brasileira, pelas baixas expectativas dos professores em relação as crianças de pele preta ou parda, pela naturalização dos insultos e das piadas relacionados a pele da pele, pela segregação nas interações sociais e pela falta de representatividade. Essas formas de manifestação do racismo afetam essas crianças que acabam por internalizar a desvalorização da identidade. Desta forma, a escola tem sido um espaço que a acaba reproduzindo o racismo e afetando a autoestima de crianças e adolescentes de pele preta ou parda (Gomes, 2011; Moreira-Primo; França, 2020). As instituições educativas e os saberes acadêmicos minimizam as profundas divisões e discriminações de nossa sociedade em relação as crianças e os adolescentes de pele preta e parda (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

As autoras Klerer e Marques (2023), no artigo *Mídia, Identidade e autoestima: a construção da Imagem do Jovem Negro na Cultura Brasileira*, refletem sobre o quanto a mídia brasileira também influencia na formação da identidade dos jovens negros, pois historicamente a mídia retrata o negro de forma estereotipada, muitas vezes associando-o à marginalidade e a sexualização. O “[...] racismo estrutural e os processos de perpetuação de estereótipos [...] associa os negros a indivíduos perigosos ou criminosos.” (Conselho Federal de Psicologia, 2022, p. 238). Essa associação e perpetuação estereotipada é reforçada pela “[...] mídia na estigmatização da população negra, a partir de programas policiais e na atenção desproporcional dada as mortes de pessoas brancas e negras.” (Conselho Federal de Psicologia, 2022, p. 238).

Nova et al (2020), no artigo *Racismo Estrutural e Institucional e a Justiça da Infância e Juventude: a (des) proteção de crianças e adolescentes negros as pobres*, aponta que historicamente a população negra sofre exclusão e que, apesar do discurso de democracia racial e luta pelos direitos, essa narrativa camufla as violências sofrida por

crianças e adolescentes negros oriundos de famílias pobres, apesar de serem dotadas de direitos. O texto reflete a invisibilidade das violências raciais que sofrem essas crianças e os adolescentes e acabam por afetar a autoestima e a construção da identidade.

Nota-se que diversos setores da sociedade mantêm o racismo marcando profundamente o desenvolvimento dos adolescentes na construção da sua identidade. As atitudes racistas estão integradas nas estruturas sociais, abrangendo instituições políticas, educacionais, de saúde e outros órgãos do Estado, resultando em acesso e tratamentos desiguais que, na maior parte das vezes, passam despercebidos, mas causa diversos transtornos físicos, psíquicos às vítimas (Silva, 2004).

Os desajustamentos, os estereótipos, as piadas e todas as formas de discriminações e preconceitos, reforçam a ideia de que o negro é inferior passando a negar a si mesmo para assumir o ideal de branquitude. Negar-se a si mesmo é assumir a superioridade do branco e se perceber negativamente em uma tentativa neurótica de se adaptar. “[...] Ele se encontra a tal ponto imerso no desejo de ser branco, é porque vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade [...] uma sociedade que afirma a superioridade da raça.” (Fanon, 2020, p. 114). Uma sociedade que tende a extrair da pessoa de pele preta ou parda sua autoestima e formação da própria identidade, pois ela “[...] cria dificuldades que ele se vê colocado numa situação neurótica.” (Fanon, 2020, p. 114). Ser de pele preta ou parda, mas desejar ser de pele branca, é como uma busca incansável à semelhança de Sísifo condenado a empurrar incessantemente uma rocha até o alto da montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso (Camus, 2010). Uma tentativa eterna de ser o que não se pode ser, tornando-se um não-ser para si mesmo em uma sociedade racista.

Baseando-se nesta perspectiva algumas as pessoas e os adolescentes de pele preta vivem uma constante situação de busca pelo inalcançável, movida por uma imagem negativa de si mesmos e reforçada por uma sociedade estruturada no racismo. É um “[...] colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica.” (Fanon, 2020, p. 125). Uma pessoa que perde sua identidade, na busca de significar-se perante uma sociedade estruturalmente racista. “A ontologia, quando se admite de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não permite compreender o ser negro. Pois o negro já não precisa ser negro, mas precisa sê-lo diante do branco.” (Fanon, 2020, p. 125). O adolescente de pele preta ou parda, na formação da sua identidade, não tem um ser a

ser buscado, mas somente conceitos negativos e imagens estereotipadas. Essa concepção depreciativa encontra reforço no pensamento de Hegel que, ao se referir aos africanos, diz assim: “entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistentes.” (1999, p. 86). Ao falar da experiência vivida pelo negro, Fanon (2020, p. 125) registra certos tratamentos carregados de preconceitos, como aparecem em expressões do cotidiano, quais sejam: “é servido de preto”, “está em minha lista negra”, “preto fede”, “macaco”, e, tantas outras expressões que compõem o repertório linguístico que diminuem a pessoa de pele preta e enaltece os brancos. A estereotipação mantida por preconceitos e discriminações faz com que os adolescentes de pele preta ou parda, em uma tentativa constante de adaptação, acabem se colocando em uma posição de colonizados, formando sua identidade com base em modelos de pessoas brancas. Esse processo é reforçado pelo racismo estrutural, que, além de manter pessoas de pele preta ou parda em situação de vulnerabilidade, também as alienam de si mesmas.

No entanto, existem caminhos positivos e construtos que podem colaborar com as pessoas de pele preta e principalmente os adolescentes, no processo de formação da identidade como já mencionado a fenomenologia hermenêutica ricoeuriana.

Afirma Fanon (2020, p. 65): “A questão é saber se é possível para o negro superar seu sentimento de inferioridade[...]”. É possível encontrar caminhos psicoterapêuticos, que favoreçam a desconstrução do racismo e promovam uma identidade saudável e positiva para os adolescentes de pele preta ou parda? Para abordar essas questões, este estudo buscará respostas na psicologia fenomenológica e das bases teóricas da fenomenologia-hermenêutica ricoeuriana e refletir criticamente a manutenção do racismo no sistema familiar e na clínica psicológica, especificamente no *setting* terapêutico.

5 O RACISMO E A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA: POSSIBILIDADE DE DESCONSTRUÇÃO

A psicologia, fundamentada na fenomenologia e na abordagem fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur, pode oferecer um percurso epistemológico e metodológico capaz de articular teoria e prática no enfrentamento do racismo estrutural, institucional e individual. Tal abordagem visa lançar luz sobre os processos de constituição da subjetividade de pessoas de pele preta ou parda, especialmente adolescentes, que, por vezes, internalizam imagens negativas de si mesmas em contextos marcados pela exclusão e pela desigualdade racial. Este percurso epistêmico-metodológico se dá a partir

dos seguintes passos: a noção de pertencimento e distanciamento; o trabalho de rememoração; a dinamicidade da narrativa; e, a ressignificação da identidade pessoal.

Com a noção de pertencimento e distanciamento ricoeuriana, torna-se possível uma releitura crítica da tradição e da história (Ricoeur, 2011). O distanciamento é essencial para reconhecer influências culturais e repensar vínculos históricos, como por exemplo o racismo estrutural. Para o psicoterapeuta, esse processo implica refletir criticamente sobre seu próprio pertencimento, a fim de não reproduzir discriminações, criando um espaço seguro ao cliente para ressignificar suas experiências. O distanciamento oferece autonomia crítica e abre possibilidades de transformação.

No entanto, para que se alcance o distanciamento, é necessário o trabalho de rememoração. Ricoeur (2007), nas suas obras *A memória, a história e o esquecimento*, *O Justo* sob o tema *Condenação, reabilitação e perdão*, reflete sobre o *Perdão difícil*. As temáticas da memória e do esquecimento estão intrinsicamente conectadas: abordar o perdão requer considerar tanto a memória quanto o esquecimento. O perdão, segundo ele, não implica apagar a memória, mas ao contrário, exige a superação da dívida para que o futuro da memória seja garantido (Ricoeur, 2008). Isso significa que o perdão só pode ocorrer quando se reconhece a dívida histórica; assim, a justiça é realizada na memória ferida e para isso é necessário rememorar as dívidas da história. Essa epistemologia ricoeuriana pode ser uma base para desconstruir e ressignificar o racismo seja individual, institucional e estrutural. Para ele, uma dívida histórica não pode ser anulada simplesmente apagando ou esquecendo a memória de uma população (Ricoeur, 2008). Torna-se necessário um processo de rememoração das experiências mais traumáticas para que aconteça a reabilitação.

É “[...] preciso entender as heranças, os traços sedimentados do passado, constitutivos do solo em que se assentam desejos, temores, previsões, projectos [*sic*], antecipações, que destacam do fundo do horizonte de espera.” (Ricoeur, 2005, p. 36). Essas memórias, feridas, traumas, dores, sofrimentos e perdas, não ficam isoladas no passado; continuam a influenciar o presente e o futuro se não forem trabalhadas e ressignificadas.

Quando se reflete sobre a sociedade brasileira, em princípio, poderia se questionar se uma teoria ricoeuriana, tipicamente europeia, tem uma epistemologia apropriada para penetrar na complexidade de um país colonizado, miscigenado e com dívidas históricas

com alguns grupos, dentre os quais pretos e pardos e o racismo derivado de tudo isso. Não se trata de uma mera transposição teórica, mas de uma percepção que, ao sustentar todo esse processo de rememoração, na busca de um perdão difícil, Ricoeur pode até ajudar neste processo brasileiro mesmo com os limites que seu pensamento tem diante da complexidade social deste país, um tanto distinta das relações sociais europeias.

Alinhado com Freud, Ricoeur mantém a ideia de compulsão de repetição, isto é, de que, sem o trabalho de lembrança, o indivíduo ou a comunidade pode repetir o passado e reproduzir comportamentos antigos. Diz ele: “[...] o paciente refere, repete, em vez de se lembrar [...]. Qualquer coisa, tomou o lugar – em vez de... (*au lieu de...*) da lembrança esperada.” (Ricoeur, 2005, p. 37). Daí ser necessário o trabalho de lembrança, pois o indivíduo, a comunidade ou uma nação devem ter coragem de parar de gemer ou de esconder seu próprio estado mórbido, e sim enfrentá-lo para um futuro esperado.

Esse enfrentamento proposto por Ricoeur, sobretudo, quando se considera a já mencionada complexidade brasileira, não significa adotar a via da meritocracia individual, mas sim de uma aposta na força das narrativas que permitam a rememoração das agruras passadas e a busca de superação delas pela “[...] arte de contar, narrar, que encontra, nas permutas da vida quotidiana, na História das histórias e nas ficções narrativas, as estruturas apropriadas do linguajar.”(Ricoeur, 2005, 37). E essa via narrativa não fica circunscrita às memórias individualizadas, pois aquilo que “[...] vale efectivamente para memória pessoal vale para a memória partilhada e, acrescentaria, igualmente para a História escrita pelos historiadores.”(Ricoeur, 2005, p. 38). Ricoeur (1977) observa que o inconsciente freudiano impede a lembrança e promove a repetição, caso não haja o trabalho de perlaboração, um processo de elaboração dos traumas reprimidos.

A possibilidade de revisar o passado, alinhada a perspectiva freudiana, também pode ser compreendida na perspectiva ricoeuriana, a partir da leitura de Ricoeur no livro *Da interpretação; ensaio sobre Freud* (1978). Para ele, a perspectiva fenomenológica husserliana já possibilitava a concepção de um horizonte co-visado, uma matéria indeterminada não acessível à consciência imediata. Nos dizeres de Husserl é um “[...] horizonte indeterminado, de uma generalidade vaga, horizonte daquilo que, na realidade, não é o objeto imediato das experiências, mas somente o do pensamento [...]” (Husserl, 2001, p. 40). Vislumbra-se aqui uma possibilidade de um esforço de compreensão do

racismo estrutural na sociedade brasileira, a partir dessa leitura ricoeuriana, entendido como um horizonte que influencia a sociedade de modo direto e invisível, permanecendo indeterminado e inexplorado.

Essa compreensão continua em aberto no Brasil, porque a sociedade tende a evitar esse “horizonte indeterminado” de memórias históricas, negando o enfrentamento consciente de seu passado e priorizando uma postura marcada pelo negacionismo. Isso está reproduzido no sistema familiar e no *setting* terapêutico.

O Estudo de caso de Santos e Santos (2022) evidencia essa reprodução. No caso, o entrevistado descreve vivências de racismo sutil e velado em sua família interracial, composta por uma mãe de pele branca e um pai de pele preta. A mãe frequentemente faz comentários depreciativos sobre o cabelo do entrevistado, que ele interpreta como racistas. Além disso, tanto o pai quanto a mãe não conseguem reconhecer o impacto do racismo implícito em suas vidas, o que gera nele uma sensação de falta de apoio e compreensão. Essa incompreensão ultrapassa o sistema familiar e alcança o *setting* terapêutico, onde, ao buscar psicoterapia para entender o impacto do racismo em sua vida, a experiência do entrevistado é novamente invalidada. Sua psicoterapeuta, uma mulher de pele branca, sugere que ele estaria projetando traumas passados, como se o racismo não existisse, gerando nele confusão e sensação de desamparo. Essa experiência demonstra como o racismo pode ser perpetuado na clínica psicológica quando o profissional desconsidera, minimiza ou nega a realidade do racismo (Santos; Santos, 2022). Este relato ilustra como o trabalho de rememoração das narrativas é fundamental para revistar dores do passado e construir novos sentidos para experiências marcadas pelo sofrimento. Ao se evitar esse esforço, corre-se o risco de permanecer num horizonte indeterminado de memórias negadas e distorcidas, cuja falta de memória mantém o racismo estrutural.

Ricoeur, em *A memória, história e esquecimento*, reconhece que a identidade é atravessada pela fragilidade. Não se trata de uma identidade fixa, como a genética, mas de uma identidade temporal e narrativa, sujeita às tensões entre o passado, o presente e o futuro. Essa fragilidade se expressa, segundo ele especialmente, como já mencionado, na relação entre mesmidade e ipseidade. Quando há retraimento da ipseidade, que guarda a promessa da mudança, de abertura à alteridade, a identidade corre o risco de se cristalizar na rigidez da mesmidade. Como ele escreve: “[...]no deslocamento, na deriva, que conduz

da flexibilidade, própria da manutenção de na promessa, à rigidez inflexível de um caráter[...]” (Ricoeur, 2007, p. 94). A identidade sofre de uma dificuldade, ela se forma e se transforma na temporalidade, e por isso, está sempre exposta à tensão entre permanência e mudança, isso torna a identidade um processo instável e vulnerável. Logo, passível de ser manipulada. A segunda causa da fragilidade da identidade “[...] é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça. É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo, para identidade própria, tanto a do nós como a do eu.” (Ricoeur, 2007, 94). Quando alguém constrói sua identidade com singularidade e se torna diferente para o outro, às vezes um tanto padronizado, o primeiro pode ser excluído e banido, pois sua identidade não se encaixa nos padrões. Isso ajuda a retomar o relato, pois o tanto o pai, quanto a mãe e a psicóloga não conseguem reconhecer a identidade do adolescente e daí a exclusão e a depreciação.

A terceira causa da fragilidade da identidade “[...] é a herança da violência fundadora. É o fato de não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, como a guerra.” (Ricoeur, 2007, p. 95). Aqui o filósofo destaca que em toda origem de uma comunidade histórica, como muitos Estados, sua fundação é marcada pela violência. Essa é oficializada e torna a história oficial e a partir dela se celebra os acontecimentos violentos fundadores. Deste modo, “[...] os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros.” (Ricoeur, 2007, p.95). Desta maneira a memória tanto pessoal quanto coletiva podem ser manipuladas e atravessadas por ideologias. Diz Ricoeur: “[...]narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação alimentam o discurso da lisonja e do medo. Torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia.” (Ricoeur, 2007, p. 98). A identidade, em sua construção narrativa, é marcada pela fragilidade, pois ela depende das histórias contadas e recontadas. Essas narrativas, por sua vez, podem ser manipuladas, instrumentalizadas e, até mesmo, causar sofrimentos psíquicos, como o relato anteriormente mencionado.

Ricoeur aposta na força da narrativa como possibilidade de desconstrução e construção da identidade pessoal e coletiva, afirmando a necessidade de uma justa memória. Ele defende que é preciso enfrentar as dores do passado, o que implica um trabalho de luto que permite cortar os vínculos com os afetos, tonto prazerosos quando

dolorosos, que fixam o sujeito em um passado não elaborado. Esse processo, quando realizado, pode abrir espaço para uma memória justa, capaz de transformar a relação com o vivido. Contudo, ele reconhece que a justa memória não se realiza sem o apelo à justiça, não apenas como virtude individual, mas como horizonte ético coletivo. A justiça: “[...] constitui o componente de alteridade de todas as virtudes que ela arranca do curto-circuito entre si mesmo e si mesmo. O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si.” (Ricoeur, 2007, p. 101). Isso significa que o trabalho de lembrança não é um exercício de um si mesmo individualizado, mas é uma exigência ética do reconhecimento do outro, especialmente daqueles que foram esquecidos, silenciados ou oprimidos.

A memória justa, neste sentido, é também uma forma de justiça restaurativa, ela busca, pela narrativa, restituir dignidade às vidas pela violência e pelo apagamento histórico. Daí a necessidade de se pagar a dívida. Diz Ricoeur: “[...] o dever da memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros. [...] Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário.” (Ricoeur, 2007, 101). Por fim, reconhecer com quem se está endividado (Ricoeur, 2007). Daqui nasce a justa memória, que só pode acontecer quando se reconhece a dívida histórica e com quem se está endividado para se chegar a uma reconciliação histórica. Deste modo, ainda que certas ideologias possam manipular as narrativas, sejam pessoais, profissionais, institucionais e estruturais, ainda assim, é necessário pelo ato de narrar realizar o trabalho crítico e constante da circularidade hermenêutica. A “[...] construção narrativa da identidade se realiza na memória-retrospecção e na promessa-prospectiva [...] são opostas e complementares e, juntas, dão uma amplitude temporal ao reconhecimento de si.” (Reis, 2013, p. 327).

É nesse sentido que toda sociedade, assim como a psicóloga do relato, deve promover uma reflexão crítica sobre o preconceito e trabalhar pela eliminação do racismo, evitando qualquer ação que favoreça discriminação, não sendo conivente ou omissa perante o racismo. Nesse sentido, psicólogas ou psicólogos devem validar as experiências raciais dos pacientes e evitar interpretações que desqualifiquem essas vivências.

É essencial que instituições, como a clínica psicológica, ao invés de negar, ofereçam espaço para ressignificar as desigualdades nas relações interpessoais e os impactos gerados por ideologias. Em vez de ignorar essas questões, elas devem acolhê-

las de maneira construtiva. Além disso, permanece essencial o compromisso ético do psicólogo em respeitar o que é diferente ou desconhecido. É crucial que a interpretação não limite as pessoas de compreensão nem contribua para perpetuação de qualquer forma de violência.

É aqui que se insere a noção de identidade narrativa, uma “[...] vida não examinada não é digna de ser vivida.” (Ricoeur, 2010a, p. 197). O ato de narrar, seja dialogal ou escrito, é um caminho de ressignificação de vida, tanto para aquele que narra quanto para aquele que acompanha a narrativa. Na narrativa, aquilo que parecia confuso e desordenado se torna mais claro e passível de ser ressignificado. Ela permite ao indivíduo reconstruir sua história à medida que vai sendo relatada, transformando fatores aparentemente sem sentido e heterogêneos em uma composição com mais sentido, capaz de ajudar uma pessoa a rever seu modo de se colocar no mundo (Ricoeur, 2010a).

Antes de concluir com a narrativa, é importante apontar algumas limitações, já mencionadas pelo próprio Ricoeur nas fragilidades da identidade, sendo o foco aqui a narrativa que está implicada na construção da identidade tanto pessoal quanto coletiva. A autora Maria Rita Kelh (2001), no artigo “*Minha vida daria um romance*”, afirma que o tempo vivido atualmente se modifica constantemente e que sociedade também se transforma rapidamente e, por isso, uma narrativa que comporta começo, meio, fim já não dá conta da realidade atual, pois muitas representações já fazem mais sentido. Deste modo, as narrativas organizadas, sejam pessoais ou de outrem, podem se tornar mais defesas do que propriamente possibilidades de ressignificação da vida. Por isso, ela propõe que talvez os contos sejam uma alternativa, em vez de se pensar em grandes narrativas. Na mesma direção, a autora Daniela John, no livro *Reinventar a vida: narrativa e ressignificação*, diz:

[...] se não uma vida feita de fatos, separada da forma como a contamos, isso nos leva a ter que considerar sempre a dimensão do ficcional presente em nossas histórias reais. [...] o falar de si mesmo envolve questões complexas que vão desde uma impossibilidade de acessar o que ‘realmente aconteceu’, até as dificuldades impostas pela posição de alienação na qual o sujeito se encontra diante de si mesmo. (John, 2015, p. 86).

O risco das narrativas, sejam elas de si mesmo ou coletivas, históricas, é criar ilusões, ficções e até defesas para não se tocar nas dores ou sofrimentos dos que narram ou escutam as histórias. O historiador e filósofo José Carlos Reis também aponta riscos no processo de configuração da narrativa. O primeiro é que: “[...] povos colonizados se

deixam aculturar e repetem acriticamente a língua, os textos, as modas, os estilos, as teorias, as ciências, os sentidos que lhes são exteriores e, geralmente, contra eles próprios.” (Reis, 2013, p. 299). O segundo risco é quando uma configuração; “[...] se apresenta como absoluta, incontestável, e se implantada no vivido oferecendo-lhe um falso reconhecimento.” (Reis, 2013, p. 299).

Esses são os riscos de narrativas ideológicas que podem induzir indivíduos, grupos e uma sociedade inteira a reproduzirem narrativas manipuladoras, a serviço de uma lógica de poder.

Ricoeur não deixar de reconhecer os limites da própria teoria, que não é acabada nem perfeita, mas paradoxal e limitada. Ele afirma: “[...] falsos testemunhos, [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica, cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos mais confiáveis.” (Ricoeur, 2007, p. 41).

Os riscos existem na aproximação entre a identidade pessoal e a identidade narrativa; no entanto, a proposta ricoeuriana é hermenêutica e não normativa. Sua noção narrativa articula justamente o paradoxo da continuidade, da descontinuidade e da transformação, entre a permanência do mesmo, idem, e a mudança do si mesmo, ipse. A narrativa é sempre uma tentativa de organizar o tempo vivido e, como tal, nunca exaustiva nem definitiva. Por isso, cabe reconhecer os limites das narrativas, mas também deve-se reconhecer suas possibilidades, pois narrar a própria história permite que o indivíduo, ou mesmo uma sociedade, conheça e se reconheça. Por meio do ato de contar sua história, se traduz uma singularidade e se promove a conexão com outras narrativas, abrindo espaço para questionamentos e possibilidades de transformação. Essa teoria fenomenológico-hermenêutica pode auxiliar adolescentes de pele preta e parda a revisitar suas vivências de sofrimento relacionadas ao racismo e, assim, ressignificar a visão de si mesmos como seres-no-mundo. A narrativa oferece um caminho para a autocompreensão e ressignificação, permitindo que o indivíduo integre seu passado e a construção de sua história. Esse processo de autoconhecimento não é imediato ou previsível, mas se constitui em interação com os outros e através das obras da cultura (Ricoeur, 1978). Isso implica que, mesmo em um contexto racista, uma pessoa pode, pelo desejo de existir e pelo esforço de ser, transformar e ressignificar sua história de vida.

A força transformadora da narrativa permite organizar, em uma certa sequência temporal, fatores discordantes, podendo transformar feridas, dores e traumas em agentes de mudança. Para hermenêutica ricoeuriana, compreender o ser é compreender suas relações através das mediações das obras da cultura (Ricoeur, 1978). O trabalho de compreensão busca libertar a consciência e promover novas visões de mundo, possibilitando uma transição de uma perspectiva limitada e preconceituosa para apreensão das essências. A identidade narrativa possibilita assim, rever a identidade pessoal.

O adolescente pode construir sua identidade pessoal não apenas voltando-se para si mesmo ou limitando-se à sua própria percepção dos acontecimentos ou mensagens diretas e indiretas do racismo, mas abrindo-se para além de si por meio do ato de narrar. Ele tem a oportunidade de ressignificar a imagem negativa associado à sua cor, assumindo a autoria de sua trajetória e narrando sua história de vida. Ricoeur (1990) afirma que, na formação da identidade pessoal, o *si* de si mesmo se transforma ao longo da vida conforme se abre a novos valores, normas, ideais e heróis com os quais se identifica: “[...] o reconhecer-se *no* contribui para reconhecer-se *com*... A identificação com figuras heroicas manifesta claramente essa alteridade assumida [...]”. (Ricoeur, 1990, p. 147).

O adolescente de pele preta ou parda, na construção da sua identidade exige a compreensão de sua história de vida, dos acontecimentos e hábitos adquiridos, além das mudanças que experimenta nas relações com o mundo e com os outros. A narrativa assume um papel central, ampliando o horizonte da psicologia em relação a esses adolescentes, que enfrentam os impactos do racismo. No entanto, é fundamental evitar uma abordagem meritocrática que sugira ser suficiente ao adolescente revisitar sua trajetória e expressar seus sofrimentos, ignorando as desigualdades históricas, os privilégios e as dinâmicas da necropolítica que ainda perpetuam os estereótipos, a exclusão e a vulnerabilidade. É necessária uma relação intersubjetiva do *si mesmo* em direção ao outro, pois só se tornará construtiva ao transformar o outro em semelhante.

Cabe à psicologia ou, mais especificamente, aos psicoterapeutas adotarem uma relação de reciprocidade com os clientes, o que lhes permite se transformarem também nos encontros e desenvolverem, por meio da interpretação, novas possibilidades de compreensão, em direção aos clientes que, do mesmo modo, se deixam transformar. Esses encontros transformadores podem gerar mudanças significativas para estes e

aqueles. Tanto o indivíduo, o contexto social e os psicoterapeutas devem se engajar em um processo de cura das feridas coletivas para que a transformação social possa ocorrer de maneira abrangente e profunda, envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

A psicologia ou os psicoterapeutas, como facilitadores das narrativas de diversas pessoas, podem ajudar adolescentes de pele preta e parda a ressignificarem sua autoestima e fortalecerem sua subjetividade, além de apoiarem a luta antirracista que desvaloriza as pessoas devido à cor da pele. Trata-se de oferecer um movimento emancipatório em que as pessoas de pele preta, parda, branca ou amarela, podem superar a ingenuidade e avançar em direção a novas percepções de mundo e das estruturais raciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo refletiu sobre os impactos do racismo na autoestima e na identidade de adolescentes de pele preta e parda no contexto brasileiro, a partir dos pressupostos da psicologia fenomenológica e da teoria fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur. Partiu-se de dados de que esses adolescentes enfrentam, para além dos desafios próprios da adolescência, marcadores sociais que desqualificam sua existência, atravessando sua construção subjetiva com imagens desvalorizadas e discursos de inferiorização. Nesse cenário, propôs-se uma leitura hermenêutica que valoriza a rememoração, o distanciamento crítico e a identidade narrativa como formas de como de reconstrução do si mesmo. O percurso epistemológico baseado em Ricoeur ofereceu uma via potencial de ressignificação. Ao narrar sua história, o sujeito pode se reapropriar de suas experiências e conferir-lhes novos sentidos. Contudo, não se trata de um processo individualizante ou redentor por si só. A narrativa apenas ganha potência transformadora quando articulada a mudanças concretas nos âmbitos institucional, cultural e político. Reconhece-se, porém, que a própria narrativa de Ricoeur encontra limites diante da complexidade social brasileira. O modelo de identidade narrativa, ainda que sensível à alteridade e à temporalidade, parte de um contexto europeu, com suas particularidades históricas e epistemológicas. O racismo se estrutura de forma silenciosa e persistente, o risco de a narrativa ser capturada por lógicas ideológicas, inclusive meritocráticas, é real. A narrativa pode tornar-se defesa, ficção ou até reprodução acrítica de discursos hegemônicos. Nem toda narrativa conduz à emancipação, há também as que marcam, iludem e reforçam opressões.

Além disso, como o próprio Ricoeur aponta, a identidade narrativa é marcada por fragilidades, ela pode ser manipulada, silenciada ou construída sobre memória distorcidas. A memória justa, por ele proposta, exige não apenas o reconhecimento das dívidas históricas, mas também a coragem ética de enfrentá-las, algo que não depende unicamente do sujeito que narra, mas de toda uma coletividade disposta a escutar, reconhecer e se transformar. Conclui-se que o trabalho clínico e institucional com adolescentes de pele preta e parda deve articular a escuta sensível às questões raciais com o engajamento em práticas antirracistas. Os psicoterapeutas, ao se engajarem nesse processo, não são apenas mediadores de narrativas, mas coparticipantes de uma ética do reconhecimento, capazes de rever seus próprios pertencimentos e de construírem, junto ao outro, novas possibilidades de ser. A psicologia tem, pois, um papel político e formativo na luta contra o racismo, promover espaços de fala e escuta, tensionar normas excludentes e colaborar com a construção de futuros mais justos. Esse compromisso não se esgota na teoria, exige práticas consistentes, posicionamentos éticos claros e abertura constante à revisão crítica de si mesmo, da comunidade e do contexto histórico-social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

17º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023.

18º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024.

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2021.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRITO, H. M. S. *Efeitos do Racismo na Saúde Mental Infantojuvenil*. 2023. 148f. Bacharelado em Medicina. Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102004>. Acesso em: 29 jul. 2024.

COMIN, A. C., ALMEIDA, G., BALCEWICZ, I. M., OLIVEIRA, C. F., GOUVEIA, R. E., HERMANDES, F. B., ... & da Silva Cristovam, M. A. *Autoestima em adolescentes dos 6º e 7º anos de uma escola de ensino fundamental*. *Brazilian Journal of*

Development, 9(11), 29309-29316.n, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/64413>. Acesso 28 julho de 2024.

CAMUS, A. *O Mito de Sísifo*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Psicologia brasileira na luta antirracista*. Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: DF, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Resolução CFP Nº 18, de 19 de dezembro de 2022*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: DF, 19 de dezembro de 2002.

DAMASCENO, M. G. e ZANELLO, M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão* Jul/set. 2018 v. 38 nº3, 450-464. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt> Acessado em 18 de outubro de 2023.

ESPOSITO, J. e WINTERS, E. Venus. *Introduction to interseccional qualitative research*. California-USA: Editora Sage, 2022.

ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

FIABANI, A. e FIABANI, T. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. *Revista Diversidade e Educação*, Jul/Dez, 2020, v. 8, n. 2, p. 628-647. Disponível em:

<https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11816>. Acesso em 01 de outubro de 2023.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602>. Acesso em: 29 set. 2024.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. 2. ed. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HUSSERL, E. *Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia*. Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

JESUS, R. E. de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. *Educação em Revista*. v. 34, p. e167901, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>. Acesso em 20 de julho de 2024.

JOHN, D. *Reinventar a vida: narrativa e resignificação na análise*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

KEHL, M. R. “Minha vida daria um romance”. *Leitura – Literatura e Psicanálise*, n. 27, p. 55-86, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2317-9945.200127.55-86> . Acesso em 30 de jul. de 2025.

KLERER, I. A. e MARQUES, E. S. Mídia Identidade e autoestima: A construção da Imagem do Jovem negro na cultura Brasileira. *Caderno de direito da criança e adolescente*, 2023. V. 5. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/DCA/article/view/1204>. Acessado em 20 set 2024.

KLOEP, M.; HENDRY, L.B. Arguments for a process. In: ARNETT, J.A.; KLOEP, M.; HENDRY, L.B.; TANNER, J.L. Debating emerging adulthood. New York: Oxford, 2011, p. 53-75.

LIMA, G. D. S., BLACK, T. L. D. P., SILVA, A. V. D., & Silva, K. V. *O que há entre o real e o digital nas redes sociais? Análise das representações e etnografia digital de adolescentes pretas e pardas da periferia do Recife no Instagram*. Horizontes Antropológicos, 30(68), e680408, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680408>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

MOREIRA-PRIMO, U. S. e FRANÇA, D. X. Efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. *Debates em Educação*. 2020;12(26):176-98. Disponível em <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n26p176-198>. Acesso de 20 de julho de 2024.

NOVA, A. V., MARQUES, B. C., LOIOLA, G. F. e DANTAS, H. M. C. Racismo estrutural e institucional e a justiça da infância e juventude: a (des)proteção de crianças e adolescentes negros/as pobres. *Revista Social e Saúde*, Campinas, SP. v. 19, 1-32, 2020 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665359> Acessado em: 15 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Adolescent health. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1 Acessado em: 30 de out. 2024.

PAPALIA, D. E. e MARTORELL, G. Desenvolvimento Humano. Tradução de Francisco Araújo da Costa. 14. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2022.

REIS, J. C. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

RICOEUR, P. O Perdão pode curar? In: HENRIQUES, Fernanda (Org.). *Paul Ricoeur e a simbólica do mal*. Porto-Portugal: Afrontamento, 2005. p. 35-40.

RICOEUR, P. A memória, a história e o esquecimento. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição. Tradução de Ivone C. Bendetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa* – O tempo narrado. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa* – O tempo narrado. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. *Escritos e conferências* – hermenêutica II. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Loyola, 2011.

ROSENBERG, M. Society and adolescent self-image. Princeton: Princeton University Press, 1965.

SANTOS, C. L. B.; SANTOS, M. A. *Campainhas, letreiros, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família inter-racial*. Psicologia & Sociedade, v. 34, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34246174>. Acessado em 20 de abr. de 2025.

SANTOS, J. dos. Intervenção em socialização étnica: efeitos sobre a identidade e autoestima individual e grupal de crianças negras. 2021. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, I. N. D., BLACK, T. L. D. P., SILVA, K. V., & Santos, C. D. F. B. F. *O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 34, e34025, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434025pt>. Acesso em 30 de set. de 2024.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na Saúde Mental. In: BATISTA, Luís Eduardo e KALCKMANN, Suzana (org.). Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2004.

SOUZA, J. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

STEVENS, B. Le soi agissant e l'être comme acte. In: Revue Philosophique de Louvain, Quatrième série, tome 88, nº 80, 1990. Pp.581-596. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/phlou_0035-3841_1990_num_88_80_6654. Acessado em 29 de jul. 2025.

UNICEF. *Racismo e saúde mental: os impactos do preconceito na vida de crianças e adolescentes*. UNICEF Brasil, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/racismo-e-discriminacao-contra-criancas-e-adolescentes-sao-comuns-em-paises-de-todo-o-mundo>. Acessado dia 10 nov. 2024.

WARDE, M. J.; PANIZZOLO, C. Adolescentes e suas más companhias: lunáticos, criminosos, e perversos sexuais [sobre a obra Adolescence de Stanley Hall]. *Perspectiva*, v. 33, n. 2, p. 739-758, 2015. ISSN 2175-795X. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v33n2p739>.

Recebido em: 18/11/2024 | Aprovado em: 14/09/2025